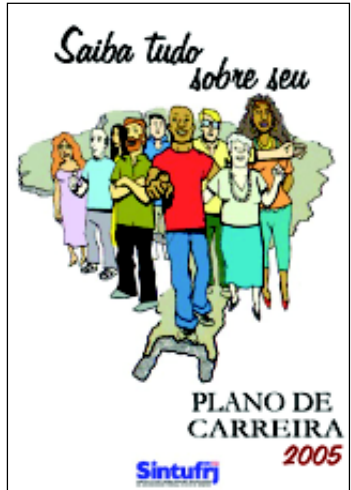


JORNAL DO  
**Sintufjr**  
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO  
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



## Cartilha tira dúvidas

O SINTUFJR elaborou uma cartilha com o texto da lei, tabelas e orientações. A publicação será distribuída nas unidades e estará à disposição dos sindicalizados na sede e nas subseções do sindicato a partir desta semana.

# Carreira já é lei

151 mil funcionários federais da área da educação serão beneficiados pelo Plano de Carreira, transformado em lei na última quarta-feira pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto de lei foi aprovado em dezembro pelo Congresso. Na solenidade no Palácio do Planalto, Lula disse que a maioria dos trabalhadores do governo federal ganha "aquém do que a dignidade da profissão exige". A conquista da carreira contempla uma jornada histórica de lutas, que em 2004 mobilizou a categoria para uma greve de 77 dias. A lei é considerada um passo importante para ampliar os direitos dos trabalhadores do setor.

Tarso Genro, ministro da Educação, Lula e o dirigente da Fasubra, Paulo Henrique



# Encontro debate segurança

**Vigilantes querem uma nova política de segurança para as instituições com estrutura moderna**

Entre os dias 6 e 8 de janeiro, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em Seropédica, sediou o 1º Encontro Nacional de Dirigentes de Segurança das Instituições de Ensino. Representantes da Vigilância Patrimonial de 10 universidades federais discutiram medidas de prevenção, de valorização do operador de segurança, de respeito à comunidade uni-

versitária, de capacitação e de investimento em equipamentos de trabalho.

Eles consideram necessárias uma nova política de segurança para as instituições e uma estrutura organizacional que possa operacionalizar essa política. E apontaram medidas, que envolvem tanto as IFEs, como os ministérios da Educação, do Planejamento e da Justiça e ins-

tuições como Andifes, Andes e Fasubra, tais como uma política de formação e capacitação para os operadores de segurança, com cursos de Gestão em Segurança; de motopatrulhamento; técnicas de abordagem; armamento, tiro e munição e de estratégia e inteligência; expedição de porte de arma; emenda ao projeto de Reforma Universitária no sentido

de dar competência às universidades para organizar suas divisões de segurança; pagamento de adicional de periculosidade (como na UFRRJ e UFRJ) e que a Fasubra implemente o GT Segurança em conformidade com deliberação congressual.

Os dirigentes de segurança resolveram aprovar a criação do Conselho Nacional de Dirigentes de Segurança das

Instituições Federais de Ensino (Conads) com o voto contrário dos vigilantes. Para estes, não há necessidade de um novo fórum, tendo em vista a existência do Seminário Nacional de Vigilantes em que não está vetada a participação dos dirigentes. Novo encontro está previsto para o segundo semestre de 2005, na Universidade Federal de Pernambuco.

## Debate na Praia Vermelha

O Fórum Social Mundial é um evento internacional que integra movimentos sociais, organizações não-governamentais e cidadãos de mais de cem países. Vem-se constituindo como o principal espaço de construção de alternativas ao neoliberalismo. Em sua quinta edição, será realizado de 26 a 31 de janeiro, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O seu papel na conjuntura mundial é o tema do debate promovido pelo SINTUFRJ nesta segunda-feira, 17 de janeiro, às 14h, na sala 106 do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, no Largo de São Francisco. O evento é preparatório para participação no Fórum. O sindicalizado que quiser participar da delegação do SINTUFRJ tem que participar do debate. Os debatedores serão Darlan Ferreira Monteiro, Zeliuto Moreira Gomes e Ciro Garcia.

### Paz, utopia e liberdade entre os temas do V FSM

O rastro de destruição e horror deixado pela guerra tem sido o tema mais escolhido pelas cerca de 200 pessoas já inscritas no espaço temático *Paz e desmilitarização - Luta contra a guerra, o livre comércio e a dívida*, que será montado no V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Lá acontecerão várias atividades nos 6 dias do evento. Para esta edição do fórum estão sendo aguardadas várias personalidades. No dia 27, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participará de seminário sobre políticas públicas e combate à pobreza, no auditório Araújo Vianna. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, também já confirmou presença, assim como o ministro Gilberto Gil; o Prêmio Nobel da Paz, Adolfo Perez Esquivel; os escritores José Saramago e Leonardo Boff; o diretor do jornal *Le Monde Diplomatique*, Bernard Cassen; João Pedro Stédile; o sociólogo Emir Sader; o diretor-geral da OIT, Juan Somavia, entre outros convidados.

### Hollos tem até dia 20 para deixar garagem

Contagem regressiva para a saída da empresa Hollos do Brasil Serviço Naval (incubada do Pólo Náutico), do galpão do Setor de Transportes da UFRJ. A próxima quinta-feira, dia 20, é a data limite, definida pela Reitoria, para que a empresa desocupe a área pertencente à Garagem. Os materiais utilizados pela empresa na construção de barcos são uma ameaça para a saúde dos trabalhadores lotados na Divisão de Transportes.

Esta batalha vem sendo acompanhada desde 2002 pelo SINTUFRJ, quando a direção procurou os trabalhadores a fim de resolver o problema do setor.

“Retomamos o caso após verificarmos que, mesmo depois de laudo técnico realizado pela DVST (órgão responsável pela inspeção), nada havia sido feito para resolver o problema. Devemos nos mobilizar para que possamos ter ambientes de trabalho saudáveis e, assim, realizarmos nossas atividades laborativas de forma adequada”, comenta Huascar Costa Filho, coordenador de Políticas Sociais do SINTUFRJ.

CONQUISTA

# Lula sanciona carreira



**151 mil funcionários federais da área da educação serão beneficiados pelo Plano**

*A maturidade com que a Fasubra conduziu todo o processo de negociação e a condução da greve – de 77 dias, em 2004 – foi reconhecida pelo presidente Lula em solenidade no Palácio do Planalto no dia 12, quarta-feira, quando da solenidade de assinatura do projeto de lei que institui o Plano de Carreira para os trabalhadores técnico-administrativos em Educação. A nova lei, aprovada em dezembro pelo Congresso, vai beneficiar 151 mil funcionários ativos e aposentados de universidades e instituições federais de ensino com aumentos que vão de 32% a 116%. O piso salarial (o menor vencimento básico) vai subir de R\$ 452,00 para R\$ 701,98. Mais de 25 mil funcionários serão enquadrados no novo plano no Rio de Janeiro – 13 mil na UFRJ – a partir de março deste ano.*

No seu discurso, o presidente Lula disse, também, que a maioria dos trabalhadores do governo federal ganha “aquém do que a dignidade da profissão exige”. Um dos coordenadores-gerais da Fasubra, Paulo Henrique dos Santos, disse na solenidade que a implantação do plano é um momento histórico que coroou todo o esforço da categoria numa batalha desde a década de 90. Mas ressaltou: “Ainda não estamos satisfeitos, queremos mais.”

“O presidente reconhece que é o primeiro passo. Solicitamos, em conversa anterior à assinatura do projeto, com o presidente e o ministro da Educação, Tarso Genro, uma agenda para tratar de melhoramentos do projeto e das etapas que virão ainda este ano. Esperamos uma resposta para esta semana para munir a categoria para que possa debater e pressionar mais uma vez”, informou o coordenador.

**PISO SOBE PARA R\$ 701,98**

O projeto – enviado ao Congresso em caráter de urgência e aprovado pelo Senado na madrugada do dia 22 de dezembro – prevê a incorporação da gratificação temporária (GT) e da Gratificação Específica de Apoio Técnico-administrativo (GEAT) ao vencimento básico e propõe o enquadramento dos servidores de acordo com o tempo de serviço e classe de capacitação.

Um dos pontos de destaque da proposta foi o estabelecimento da progressão a partir da capacitação com incentivo à qualificação, reivindicação histórica dos servi-

dores. Pelo novo plano, a partir de março o piso salarial aumenta de R\$ 452,00 para R\$ 701,98, e cada degrau de ascensão na carreira representará aumento de 3%.

Será criada em cada instituição uma comissão de enquadramento para fazer a transposição dos servidores para a nova carreira.

Os servidores têm prazo de até 60 dias após a publicação da lei para fazer a opção pela carreira. Quem não optar permanece no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos (PUCRCE) e comporá um quadro em extinção.

**LULA DEFENDE SERVIDORES**

Lula disse que o governo deu início ao processo de justiça na carreira dos servidores e criticou idéias generalizadas de que o servidor trabalha pouco e ganha muito. Para ele, o servidor ganha aquém do que a dignidade profissional exige.

A implantação das medidas vai começar em março com a incorporação de gratificações e enquadramento por tempo de serviço e termina no próximo ano, com a concessão de incentivos à qualificação e novo enquadramento por nível de capacitação.

“Agora vem a segunda etapa, de ampliação do projeto para avançarmos em algumas características de acordo com o que é realmente a concepção da carreira para a Fasubra”, observou Paulo Henrique, explicando que agora será necessária a mobilização nas universidades para acompanhar o enquadramento.

## O que eles dizem

“Foi incansável a luta pela constituição da Carreira. Mas o que nós fizemos foi abrir uma porta e passarmos para o outro lado. Nossa luta em 2005 será consolidar e ampliar a carreira, no aspecto do enquadramento por capacitação, qualificação, na estrutura de padrões salariais. E a luta talvez mais importante para o conjunto dos federais será pelas diretrizes de planos de carreira. Aí está um debate muito sério sobre a concepção de Estado, a importância dos servidores e a relação que devem ter com Estado.”

*Celso Luis Sá Carvalho  
Coordenação de  
Educação da Fasubra*

“Não consideramos este projeto que virou lei um plano de carreira. Temos um projeto que hierarquizou cargos, e nesse aspecto é positivo. Agora, não consegue resolver todos os problemas dentro da hierarquização. Dá alguma perspectiva de crescimento, a possibilidade de mobilidade horizontal dentro da classe, algo positivo assim como o aumento de padrões. Mas não conseguiu atender ao projeto de desenvolvimento, a antiga ascensão funcional. Nós acreditávamos que na greve era possível ter avançado mais.”

*Luiz Antônio de  
Araújo Silva  
Coordenação-Geral  
da Fasubra*





# Um passo importante

Greve, mobilizações, caravanas a Brasília construíram a luta que resultou no Plano de Carreira

*A Lei nº 11.091 (PL 4.177/2004), sancionada pelo presidente Lula na semana passada (aprovada no dia 22 de dezembro no Congresso Nacional), institui a nova carreira dos técnicos-administrativos em Educação das instituições federais de ensino. Trata-se de uma inegável conquista ao final de um processo que envolveu greve, mobilizações e caravanas a Brasília em busca de um passo importante para a categoria. A lei, como já foi dito, ainda não representa a carreira ideal pela qual lutamos, com cargo único, progressão e ascensão funcional. Mas está longe de ser algo a ser desprezado. A lei é uma conquista, especialmente se for considerada a situação de estagnação no PUCRCE, em que mais de 70% estão estacionadas no topo, sem expectativa. Para esclarecer dúvidas e mobilizar a categoria em torno do assunto, a diretoria do SINTUFRJ elaborou uma cartilha com o texto da lei, tabelas e orientações. Perguntas podem ser enviadas para o endereço eletrônico do SINTUFRJ = [sintufjr@sintufjr.org.br](mailto:sintufjr@sintufjr.org.br). Reproduzimos abaixo alguns pontos que procuram destacar os pontos positivos e negativos da lei.*

## O QUE HÁ DE POSITIVO

- Garante a estrutura básica do PCU [Níveis de classificação (antes classes), níveis de capacitação, padrões de vencimento, step constantes e ambientes organizacionais, {etc}];
- Hierarquização dos cargos, considerando: o esforço físico, complexidades, risco de vida, escolaridade e experiência, exigida para cada cargo;
- Garante o desenvolvimento horizontal, através da Progressão por Capacitação Profissional, fazendo com que os técnicos-administrativos sejam posicionados em nível de capacitação superior, no mesmo nível de classificação;
- Desenvolvimento vertical, através da Progressão por Mérito Profissional, fazendo com que os técnico-administrativos sejam posicionados no padrão imediatamente subsequente, no mesmo nível de capacitação, a cada dois anos de efetivo exercício, desde que avaliado positivamente;
- Malha salarial com 39 padrões de vencimento básico, com STEP's constantes (hoje a diferença entre os padrões de vencimentos é irregular e diminuto);
- No enquadramento, boa parte da categoria, que se encontra no topo da carreira, terá oportunidade de desenvolver verticalmente;
- Incentivo à qualificação para o técnico-administrativo que possuir ou vier a possuir nível de educação formal superior ao exigido para o cargo.

## O QUE HÁ DE NEGATIVO

- Não garante o desenvolvimento pleno dos técnicos-administrativos na estrutura hierárquica;
- A opção pelo projeto acontecerá sem que a categoria tenha conhecimento pleno de todo o projeto, pois as atribuições dos cargos, o incentivo à qualificação, os critérios de validação dos certificados e títulos, a definição dos possíveis cargos a ser terceirizados ficarão para serem definidos após o enquadramento;
- Step insuficiente, criando para boa parte da categoria, de todos os níveis de classificação, o VB;
- Os trabalhadores que ingressarem nas IFEs, após aprovação desta lei, não terão reconhecido os cursos que fizeram antes de entrar na instituição;
- O incentivo à qualificação só será implementado após 4 anos de efetivo exercício no cargo, o que dificultará os novos trabalhadores que passaram 4 anos para ter este direito concretizado;
- Protelou a discussão sobre os cargos extintos e terceirizados para daqui a 12 meses.



# Olho nos prazos

A partir de agora, as datas começam a correr, e uma série de providências devem ser adotadas



**NAS RUAS.** Manifestação em Brasília, com bandeira da Fasubra em primeiro plano: jornada de luta por dignidade

*A lei que implanta a carreira foi publicada na quinta-feira no Diário Oficial da União. A partir de agora, vários prazos começam a correr. Em até 10 dias a partir da publicação no DO, tem que estar pronta a portaria de regulamentação das comissões de Enquadramento e Supervisão Interna das instituições federais de ensino (IFEs) e da Comissão de Supervisão Nacional do Plano de Carreira. Este trabalho, segundo Tônia Duarte, do GT-Carreira da Fasubra, vem sendo adiantado pelo Grupo de Trabalho Nacional (nomeado por portaria e composto por 5 representantes da Fasubra, 8 do Sinasefe, 4 do governo, 2 da Andifes e um de dirigentes de escolas técnicas e um de agrotécnicas) desde que o PL foi para o Congresso. Publicada a portaria que regulamenta as comissões, as instituições federais de ensino e o governo têm prazo de até 30 dias para instituí-las.*

Mas não é só as administrações das universidades que têm de se ligar nos prazos. Os servidores também: eles terão que optar se aderem ou não ao novo plano em até 60 dias da publicação em DO, através do preenchimento de um formulário.

As áreas de recursos humanos das universidades vão ter de divulgar e disponibilizar o termo de opção. Caso não queira aderir ao novo Plano de Carreira, o servidor vai ficar com o salário que tem hoje, as gratificações não serão incorporadas e estará dentro de um quadro em extinção.

Também depois da publicação, as instituições têm prazo de até 90 dias para o enquadramento estar pronto. O enquadramento vai estar sendo feito ao mesmo

tempo em que os servidores forem assinando a opção.

Se o servidor deixar sua opção para o 60º dia, a comissão terá 30 dias para fazer seu enquadramento. Até o 90º dia, todo mundo que entrou no novo plano tem de estar enquadrado.

**Importante:** O Ministério da Educação estará disponibilizando através da página eletrônica <[www.mec.gov.br/canalcggp](http://www.mec.gov.br/canalcggp)> um formulário qual o servidor fará sua atualização cadastral. Essas informações são fundamentais para o enquadramento.

A Comissão de Enquadramento e a Comissão de Supervisão Nacional do plano serão integradas de forma paritária – participação de representantes da categoria, das instituições e do governo. O Consuni homologará o trabalho da comissão.

## Etapas de implantação

O Plano de Carreira, bem como seus efeitos financeiros, será implantado gradualmente:

- 1 - incorporação de gratificação, enquadramento por tempo de serviço público federal e posicionamento dos servidores no primeiro nível de capacitação na nova tabela com início em março de 2005;
- 2 - implantação da nova tabela de vencimento com início em 1º de janeiro de 2006;
- 3 - implantação do Incentivo à Qualificação e a efetivação do enquadramento por nível de capacitação.

## PR 4: prioridade máxima

O pró-reitor de Pessoal, Luiz Afonso Mariz, informou que a UFRJ vai elaborar um programa que apontará a situação de cada servidor hoje e com a opção pelo Plano de Carreira. Segundo o pró-reitor, a universidade não vai tratar o assunto de forma burocrática, e a atenção à implantação do plano será prioridade.



O reitor da UFRJ, Aloísio Teixeira, apontou cinco pontos que considera essenciais que sejam contemplados pelo Ministério da Educação no projeto de reforma universitária: autonomia universitária e financeira, democratização do acesso, reestruturação acadêmica das instituições e criação de um sistema nacional de ensino. Aloísio tem pautado suas intervenções em torno do debate destacando esses pontos. Na sua avaliação, o texto do anteprojeto apresentado pelo governo à sociedade tem aspectos positivos e aspectos criticáveis, que merecem ser mais bem discutidos e corrigidos. Mas considera normal que um projeto sobre um tema tão complexo seja polêmico. “A gente tem obrigação de examinar o anteprojeto e o seu conteúdo com atenção”, aconselhou.

Na análise que vem fazendo do anteprojeto, o reitor já identificou vários artigos que, na sua opinião, precisam de ajustes. Um deles é o de financiamento. Verificou também algumas ambigüidades, principalmente com relação aos incisos que tratam da autonomia de gestão. Apesar das dúvidas e incertezas, considerou que a proposta do governo aponta para o atendimento de “uma antiga reivindicação nossa” e até já define como “vitória” a proposta de orçamento global, justificando que “ela possibilita tornar realidade a autonomia financeira das instituições”. Mas de uma coisa Aloísio não tem dúvidas: vai ser preciso muita luta para vencer o *lobby* contra a manutenção e o aperfeiçoamento dos pontos positivos, e pelas mudanças dos pontos negativos.

**AUTONOMIA** – Na concepção de Aloísio Teixeira, a universidade brasileira tem uma característica peculiar. Historicamente, ela se coloca como liberta da ingerência do Estado e da Igreja. Isso justifica a essencialidade da reivindicação por autonomia. Mas frisou que a autonomia



Reforma Universitária

# “Autonomia é essencial”

almejada não pode estar aprisionada à lógica de mercado, e chamou a atenção para o que está acontecendo agora. “Essa discussão começou a mudar de rumo; as questões relacionadas à educação deixaram de ser vistas como direito da sociedade, mas como um serviço prestado à população, como a limpeza urba-

na, por exemplo, e, como tal, será objeto mercantil”, afirmou. Aloísio lembra que a luta por autonomia surge com mais força na ditadura militar, e uma das manifestações mais fortes era pela eleição direta dos dirigentes.

O reitor concorda com a formulação geral do antepro-

jeito sobre autonomia: “Está correto. A autonomia significa possibilidade de criar autônomas suas normas”. Mas considerou ambíguo o artigo que não deixa claro se a universidade terá poder para criar cursos pelo seu projeto ou se tem que ser submetido à esfera superior. “A lei quando não é clara dá margem a especula-

ções ou dúvidas”, acusou. Outro aspecto que apontou como positivo foi as universidades poderem dispor de códigos próprios disciplinares. Atualmente o Regime Jurídico Único só estabelece punição para estudantes; docentes, não. Aloísio lembrou logo da Faculdade de Direito: “Crises como a daquela unidade poderão ser resolvidas mais fácil e rápido.”

**CONSELHO SOCIAL** – Uma das propostas do governo que mais entusiasma o reitor é a de organização do Conselho Comunitário Social. “Este conselho dará transparência aos nossos atos à sociedade, abrigará um conjunto de atores interessados no desenvolvimento da universidade, que farão suas propostas para aprovação nos colegiados, produzirão relatórios e avaliações e acompanharão o plano de desenvolvimento institucional”, observou. Aloísio quer que a UFRJ saia na frente e organize o seu conselho antes mesmo de a reforma ser aprovada. E gostaria que o conselho fosse integrado pelo CAPs, CNPq, prefeituras, Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, diretório acadêmico, as empresas que operam no Fundão, associações de moradores da Rua Lauro Müller e do Complexo da Maré.

A revogação da legislação intervencionista do governo passado, os programas interuniversidades, “numa perfeita sinergia para explorar vocações, com as mais fortes ajudando as mais fracas”, a colaboração entre os órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta, de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica e a eleição direta para reitor e vice-reitor pela comunidade universitária são pontos do anteprojeto que o reitor da UFRJ também destacou como positivos.

Na próxima semana o reitor fala sobre o papel do orçamento global na reforma universitária.



# Conselho adia decisão

Funcionários distribuem carta que apontam uma série de irregularidades no pleito de dezembro

Fotos: Niko Júnior

O conselho do Centro de Ciências da Saúde (CCS) resolveu solicitar um parecer da assessoria jurídica da UFRJ antes de se pronunciar sobre as eleições no Hospital-Escola São Francisco de Assis (Hesfa). O decano João Ferreira considerou esse caminho "mais conveniente" e transferiu a decisão sobre o assunto para a próxima sessão do conselho, na segunda-feira, dia 24 de janeiro. Na opinião dos funcionários, o processo eleitoral que indicou a nova diretora da instituição está comprometido por uma série de irregularidades. Eles querem nova eleição, com regras que sejam respeitadas. Na segunda-feira, antes da reunião do conselho do CCS, eles entregaram um dossiê apontando vários problemas. As eleições foram realizadas nos dias 16 e 17 de dezembro, mas o resultado não foi homologado pelo reitor Aloísio Teixeira. Para que a unidade não fique sem direção, o reitor voltou a prorrogar o mandato *pro tempore* da atual diretora, Ângela Maria de Abreu, até que haja uma definição para o impasse.

## Diretora nega irregularidades

A atual diretora do hospital, Ângela Maria de Abreu, acusada pelos funcionários de ter interferido no processo eleitoral, disse que desconhece as irregularidades apontadas pela carta dos funcionários, até mesmo as que dizem respeito a sua possível interferência no processo eleitoral. "Todo processo eleitoral transcorreu em ordem, inclusive no que diz respeito à autonomia da comissão eleitoral. Essa comissão foi deliberada pela assembleia geral do dia 8 de dezembro. Tudo que fiz foi encaminhar no dia 9 de dezembro a portaria nomeando os professores, alunos e técni-

cos-administrativos indicados nela." No entanto, a professora reconheceu que atuou junto à comissão no sentido de incluir no colégio eleitoral professores que desenvolvem pesquisa no hospital mas que não foram considerados como corpo social pela assembleia. "Neste momento, interfeiri mesmo. Com a certificação do hospital junto ao MEC, esses professores se tornam essenciais. E por isso não podia permitir que fossem excluídos do pleito."

**NO CONSELHO.**  
Funcionários pressionam por novas eleições



## Chapa 1 fez dossiê

Representantes da chapa 1 – Inovação alegam que o processo eleitoral não teve transparência, principalmente no que diz respeito à delimitação do colégio eleitoral, o que comprometeu a sua legitimidade. "Nós pedimos à comissão eleitoral, dentro do prazo regular, esclarecimentos sobre as irregularidades que vimos acontecer durante a eleição, mas não obtivemos resposta. Por isso enviamos ao reitor o dossiê detalhando todos os problemas que averiguamos. A questão central é a maneira obscura como esse processo aconteceu e a falta de clareza acerca dos limites do colégio eleitoral. Não estamos preocupados se vamos ganhar ou perder na nova eleição. Queremos garantir um processo limpo e claro para a comunidade acadêmica do Hesfa", disse Lúcia Helena Lourenço.

## Chapa 2: houve transparência

Maria Catarina Salvador da Motta – eleita diretora pela chapa 2 – disse que houve transparência suficiente nas eleições. "Na realidade o processo eleitoral não foi feito às pressas, como algumas pessoas alegam. Ele tanto já vinha de muito antes que tivemos duas comissões eleitorais. Quanto às acusações de irregularidades, elas só apareceram depois da apuração das eleições. Até sabermos quem tinha vencido, nenhuma queixa foi feita, com exceção de um engano de cédulas (um professor que votou como aluno) que foi detectado e corrigido imediatamente." Apesar do descontentamento com a prorrogação da gestão *pro tempore* no hospital-escola, a candidata disse considerar positiva a iniciativa do decano de consultar a assessoria jurídica da universidade antes de bater o seu martelo sobre o caso.



**DECISÃO.** O decano João Ferreira solicitou um parecer jurídico para tomar decisão sobre o assunto

## Irregularidades apontadas

- Durante as eleições o colégio eleitoral foi alterado com a inclusão de nomes fora dos critérios estipulados pelo regimento eleitoral.
- Durante as eleições foram apresentadas duas listagens diferentes, sendo ambas incompletas e contendo nomes (de aluno) sem identificação institucional ou repetidos.
- Há registro de discentes, que possuem peso eleitoral de 15% neste processo, votando como docentes, cujo peso equivale a 50% do processo.
- Houve interferência da atual direção do hospital-escola no processo eleitoral. A segunda comissão eleitoral foi nomeada diretamente pela diretora do Hesfa, Ângela Maria de Abreu.



# Um núcleo de excelência

Órgão integrado exclusivamente por técnicos-administrativos exerce papel estratégico

Fotos: Niko Júnior



**EQUIPAMENTOS.** O núcleo precisa de aparelhamento constante

O Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) está presente no cotidiano da comunidade da UFRJ em situações que você nem se apercebe – da rotineira consulta ao contracheque na internet ao acesso instantâneo do estudante ao seu histórico escolar. O NCE é responsável pela informática que garante segurança, transparência e agilidade ao concurso vestibular da universidade e hospeda nos seus servidores pelo menos 60% dos dados produzidos pelas unidades da UFRJ. Portanto, é um núcleo estratégico, o único integrado exclusivamente por funcionários técnico-administrativos e que tem uma característica bem própria: combina suas atividades práticas com a ação acadêmica: é responsável, com o Instituto de Matemática, por curso de pós-graduação em informática, abriga estudantes bolsistas, e desenvolve uma relação constante com estudantes da área que desenvolvem suas teses a partir dos desafios práticos resolvidos pelo Núcleo.

Mas a ação do NCE é muito mais abrangente. Desenvolve *know-how* próprio na área de computação e patenteou um sistema de gerenciamento utilizado por várias universidades – o Sistema Integrado de Gerenciamento Acadêmico, conhecido como Siga. O NCE é referência nacional em tecnologia da informação. Nessa po-



**SABER.** Vários laboratórios para aprimorar o conhecimento

sição, produz parte de sua receita dando consultoria para várias grandes empresas, inclusive estrangeiras. Outra parte da receita do NCE vem dos concursos. Nessa área o núcleo acumulou tecnologia desde a sua origem, há três décadas. Em 1969, dois anos depois de ter sido criado, o NCE foi responsável pelo concurso vestibular organizado pela Fundação Cesgranrio. À época o vestibular era unificado – ou seja, teste igual para todas as instituições de ensino superior. A tradição que o NCE construiu na área de concurso vem dessa época. A direção

do instituto afirma que toda sua receita é reinvestida em equipamentos (sempre caros e de aquisição permanente, porque a atualização tem que ser constante), bolsas e pessoal.

Hoje, o quadro do NCE é formado por 209 funcionários, 160 bolsistas e um conjunto de prestadores de serviço cujo o número é flutuante, de acordo com a demanda de tarefas, como informa sua direção. O NCE é um núcleo complementar vinculado ao Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN). Atua no ensino, na pesquisa e na extensão.

## NCE: tradição de escolha democrática

A partir de 1984 o núcleo passou a escolher seus coordenadores pelo voto direto

O NCE viveu recentemente um processo eleitoral. Nos dias 16 e 17 de novembro o atual coordenador Sérgio Rocha foi eleito para ser reconduzido ao cargo para o biênio 2004-2006 numa consulta onde participaram 191 dos 209 funcionários. Mas o conselho do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), contrariando a tradição do núcleo, tirou o assunto da pauta de sua última reunião e não deu encaminhamento regimental à questão. O NCE foi criado em 1967 como órgão suplementar do CCMN e, desde então, até 1984, um pequeno conselho de técnicos do núcleo indicava

ao Reitor o nome do coordenador a ser nomeado. A partir de 1984, com a redemocratização do país, essa indicação passou a ser através de processo de democratização da sociedade e da UFRJ, o processo passou a ser através de voto secreto em eleição direta, com o envio do resultado ao Conselho de Centro do CCMN para homologação e nomeação do escolhido pela comunidade do NCE pelo reitor.

Este tem sido o caminho democrático. Esta tem sido a prática constante até a última eleição em 2002. O NCE não tem regimento, se pautando por normas internas e seguindo a legislação da UFRJ (Regimento do

CCMN, Regimento Geral da UFRJ e Estatuto da UFRJ). O coordenador tem mandato de dois anos – definido na carta de fundação do Núcleo – e não há em nenhum regimento eleitoral ou no regimento geral da UFRJ e do CCMN, cláusulas de impedimento à reeleição, visto que cargos administrativos não têm previsão de processo de eleição, sendo uma conquista da categoria. O que se espera neste momento é que, tendo o processo transcorrido dentro da legalidade, é que o Conselho de Centro do CCMN faça o devido encaminhamento ao Reitor do nome escolhido pela comunidade para sua nomeação.

### Veja os números

Resultado da consulta aos funcionários para a escolha do coordenador do Núcleo de Computação Eletrônica para o biênio 2004-2006, realizada nos dias 16 e 17 de novembro em votação do primeiro turno.

- Sérgio Alberto Figueiredo da Rocha – 108 votos
- Carlos Roberto Meirinho Paixão – 37 votos
- votos em brancos – 3
- votos nulos – 43
- abstenções – 18